

PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO: UMA ANÁLISE DE DECOMPOSIÇÃO PARA AS REGIÕES NORDESTE E SUDESTE

Gustavo Carvalho Moreira

Universidade Federal de Viçosa

E-mail: gustavocmoreira@yahoo.com.br

Jader Fernando Cirino

Universidade Federal de Viçosa

E-mail: jader.cirino@ufv.br

Resumo: A participação feminina no mercado de trabalho cresceu nas últimas décadas. Nesse sentido, através da decomposição univariada, estudou-se tal fenômeno a partir da caracterização dos grupos socioeconômicos de mulheres que mais contribuíram para o aumento dessa participação no período 1986-2009 para as regiões Nordeste e Sudeste. O estudo mostrou que a mudança nas taxas de participação específicas de cada grupo foi responsável pela maior parte do aumento da inserção feminina no mercado de trabalho. Em termos de variável, a elevação do número de anos de estudo das mulheres foi a mais importante com base na metodologia adotada.

Palavras-Chave: mercado de trabalho, participação feminina, Nordeste e Sudeste.

Abstract: The women's participation in the labour market has grown in the last decades. In this study, it was identified, through univariate decomposition method, how different groups of women contributed to the increase in the female's labor force participation rate between 1986-2009 in the Northeast and Southeast regions. The results have shown that the changes in the participation rates from each group were the most responsible for the increase in the female introduction in the labour market. In terms of variable, the increase in the number of years of education of women was the most important based on the methodology adopted.

Keywords: labor market, women's participation, Northeast and Southeast.

1. INTRODUÇÃO

No contexto histórico, a participação feminina no trabalho desde o século XVI, perpassando os séculos XVII e XVIII, já era significativa. As índias cuidavam da agricultura e preparavam o alimento. As negras realizavam o trabalho doméstico nas residências cristãs e nas fazendas de açúcar ou de gado. As brancas, por sua vez, além do trabalho de dar à luz e de educar sucessivas gerações de crianças, governarem as casas, os arranjos domésticos e de criar condições para que os homens progredissem em suas profissões, realizavam obras nas igrejas, nos conventos, nas escolas e onde lhes fosse permitido colaborar. Quando necessitavam aumentar o rendimento da família, muitas faziam doces por encomenda, bordados, lavavam roupas e davam aulas de piano (MOURÃO, 2005).

A partir do século XIX, o processo de industrialização favoreceu a extensão do trabalho feminino assalariado. Para um número crescente de mulheres, trabalhar tornou-se sinônimo de ganhar salário, conforme destaca Mourão (2005). Segundo o autor, elas trabalhavam preferencialmente nas fábricas de fiação e tecelagem; e sua mão-de-obra era considerada boa, abundante e barata.

Segundo essa tendência, teve-se como um dos acontecimentos mais marcantes ocorridos no século XX, o significativo aumento da participação feminina na atividade econômica. Segundo Araújo (2002), citado por Nogueira (2004), essa participação ocorreu de forma ascendente entre as décadas de 1920 e 1980, em compasso com os processos de industrialização e de urbanização observados na sociedade brasileira no período, intensificando-se nas décadas de 1990 e 2000.

De acordo com Wajnman e Perpétuo (1997), o contínuo crescimento da atividade feminina encontra explicações numa combinação de fatores econômicos, demográficos e culturais que vêm ocorrendo na sociedade brasileira.

Até o começo da década de 1980, observava-se no trabalho feminino a característica predominante de complementaridade em relação ao trabalho masculino no sustento da família. Nesse sentido, o trabalho das mulheres caracterizava-se predominantemente pela intermitência, baixa escolaridade e reduzida remuneração.

Porém, devido ao fraco desempenho da economia nacional nas décadas de 1980 e 1990, essa posição complementar começou a mudar. Conforme destacaram Alves, Amorim e Cunha (1997) e Barrio e Soares (2006),

a elevação do desemprego e o cenário inflacionário da época fizeram com que houvesse uma queda na qualidade de vida das famílias, levando as mulheres a procurarem emprego como forma de suplementar ou garantir a renda familiar.

Além do contexto econômico, trabalhos como os de Costa (1990) e Bruschini e Lombardi (1996) destacaram outros fatores que levaram as mulheres a participar mais do mercado de trabalho, tais como: a difusão de eletrodomésticos que passaram a facilitar a ausência das mulheres no domicílio; a crescente urbanização, trazendo melhores oportunidades de emprego e renda; aumento das mulheres chefes de família, visto que tal posição é geralmente a principal responsável pelo sustento do domicílio; e a queda na taxa de fecundidade do país, fazendo as mulheres se voltarem mais para o mercado de trabalho.

Muitos autores como Soares e Izaki (2002) e Scorzafave e Menezes – Filho (2006) destacaram também a importância do aumento da escolaridade feminina como fator determinante no aumento da participação da mulher no mercado de trabalho, visto que elevação nos anos de estudo tende a possibilitar melhores oportunidades de emprego e salário.

Diante da importância e irreversibilidade da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro, vários trabalhos dentro da literatura nacional procuraram explicar empiricamente tal fenômeno. Alguns estudos como os de Leone (1999) e Soares (2002) analisaram os determinantes dessa participação de uma forma predominantemente estática. Outros trabalhos como os de Wajnman e Rios-Neto (2000), Scorzafave e Menezes-Filho (2001) e Soares e Izaki (2002) procuraram explicar a evolução da taxa de participação ao longo do tempo, utilizando-se de análise de coortes. Uma terceira abordagem, como a utilizada por Bruschini e Lombardi (1996) e Nogueira (2004), concentra-se em verificar de que forma as mulheres se inseriram no mercado de trabalho em termos de setores da economia, faixas de rendimento e horas trabalhadas semanalmente.

Em termos de similaridade, observa-se que a maioria desses estudos tem analisado o tema para o mercado de trabalho nacional. Nesse sentido acredita-se haver espaço para uma discussão mais pormenorizada sobre o fenômeno em termos regionais. Dessa forma, este estudo pretende analisar a participação feminina para o mercado trabalho das Regiões Nordeste e Sudeste do Brasil. Seguindo a linha de Scorzafave e Menezes-Filho (2006) e Soares e Izaki (2002), estudou-se a participação feminina a partir da caracterização dos subgrupos de mulheres que mais contribuíram para o aumento dessa participação entre os anos de 1986 e 2009. A escolha de tal abordagem deveu-se ao fato de a mesma ser pouco explorada na literatura nacional, não havendo muitos estudos dessa natureza de caráter regional.

Em relação à escolha das regiões, ela foi motivada, além da importância da participação feminina nos respectivos mercados de trabalho – de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2009, a taxa de atividade feminina no Brasil era de 64,29%, sendo esse valor de 59,56% e 65,92%, respectivamente, para o Nordeste e o Sudeste¹ –, pelo interesse em se estudar o referido fenômeno em regiões com características econômicas distintas. Um fator que ressalta tal diferença é o Produto Interno Bruto (PIB). De acordo com dados do IBGE (2010a), em 2008 o Sudeste representava 56% de toda a produção nacional, enquanto que para o Nordeste, essa participação foi de 13,1%. Esse distinto dinamismo econômico faz com que o mercado de trabalho da primeira região ofereça maiores e melhores oportunidades de emprego. Com base na PNAD de 2009, para o caso específico das mulheres, enquanto o nível de ocupação no Nordeste era de 52,18%, no Sudeste era de 58,26%. Em termos de rendimento, enquanto o rendimento médio das mulheres nessa região era de R\$954,01, naquela era de R\$592,29. Dessa forma, procurou-se verificar se tais diferenças entre os dois mercados de trabalho poderiam influenciar no processo de aumento da participação feminina na população economicamente ativa (PEA). Destaca-se ainda que de acordo com dados de 2009 do IBGE (2010b), as duas regiões possuem 70,8% da população total brasileira, revelando a importância demográfica das mesmas no contexto nacional.

Dessa forma, o problema de pesquisa do presente trabalho foi a análise da participação feminina no mercado de trabalho a partir da caracterização dos subgrupos de mulheres em termos de características sócioeconômicas tais como escolaridade, idade e número de filhos, que mais contribuíram para o aumento dessa participação entre os anos de 1986 e 2009 para as regiões do Nordeste e Sudeste. Nesse sentido, o objetivo geral foi identificar as principais características sócioeconômicas das mulheres relacionadas a evolução do aumento do número de trabalhadoras na PEA. Especificamente, procurou-se comparar os resultados encontrados para o Sudeste e Nordeste, assim como verificar se o aumento da inserção feminina na atividade econômica ocorreu para todos os subgrupos analisados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para estudar a participação feminina no mercado de trabalho, utilizou-se o modelo neoclássico de produção doméstica proposto inicialmente por

¹ As taxas de atividade citadas aqui diferem das apresentadas na discussão dos resultados. Isso ocorre em virtude da harmonização feita nas taxas de atividades mostradas na seção do resultados a fim de permitir a comparação dessas com aquelas obtidas a partir da PNAD de 1986.

Becker (1965) e Gronau (1977). O objetivo principal de se adotar este modelo foi estudar a forma de alocação do tempo disponível das mulheres entre trabalho remunerado, trabalho no lar e lazer. Tal referencial foi retirado e adaptado de Cirino (2008).

Na abordagem proposta por Becker (1965), a família é considerada uma unidade econômica racional, fazendo com que todos os pressupostos teóricos da economia neoclássica sejam aplicáveis, tais como o comportamento maximizador, o equilíbrio de mercado e as preferências estáveis. Porém, a formulação apresentada não diferenciava trabalho no lar de lazer, dificultando uma análise pormenorizada sobre a alocação do tempo dos agentes, principalmente em relação às mulheres. Nesse sentido, Gronau (1977) propôs uma reformulação da teoria baseada no modelo de Becker (1965), a qual ficou conhecida como “modelo neoclássico de produção doméstica”. Este último, também chamado de modelo Becker-Gronau forneceu fundamental contribuição para permitir a análise da participação feminina no mercado de trabalho no âmbito familiar, considerando explicitamente a decisão da mulher em alocar o seu tempo entre trabalho remunerado, trabalho no lar e lazer.

O modelo de produção doméstica considera que não apenas o consumo, mas também a produção ocorre no domicílio, pois muitos artigos consumidos pela família são ou podem ser produzidos no lar. Dessa forma, uma mulher que se encontra fora do mercado de trabalho pode se envolver mais na produção de bens domésticos que aumentem a satisfação da família, tais como a preparação dos alimentos, limpeza do domicílio e cuidado com marido e filhos.

Nesse sentido, as famílias são tanto unidades consumidoras como produtoras. Assim, os seus integrantes combinam tempo e bens de mercado através de uma função de produção, visando obter o máximo possível de atribuições, cujo consumo gera utilidade para a família.

A fim de introduzir a decisão feminina de participação no mercado de trabalho no contexto do modelo de produção doméstica, considerando que a mulher, através de suas escolhas individuais procure maximizar a seguinte função de utilidade domiciliar:

$$U = U(Z) \tag{1}$$

em que Z representa um conjunto de atribuições que geram satisfação para a unidade domiciliar, tais como organização do domicílio, limpeza das roupas e do lar, entre outras, além do consumo e lazer. O conjunto Z é, portanto, uma combinação de bens e serviços (X) e tempo de lazer (L), conforme segue:

$$Z = Z(X,L) \tag{2}$$

Os bens e serviços podem ser adquiridos no mercado ou produzidos em casa, e sua composição não altera Z. Logo, o consumo total de tais bens pode ser representado pela seguinte expressão:

$$X = X_M + X_H \tag{3}$$

em que X_M representa os gastos com bens de mercado e X_H , a medida do valor dos bens produzidos em casa, em termos de seus equivalentes a preços de mercado. Os bens domésticos são produzidos mediante emprego de trabalho em casa (H), conforme:

$$X_H = f(H) \tag{4}$$

A expressão (4) representa a função de produção doméstica sujeita a uma produtividade decrescente, pois a medida que o número de horas trabalhadas em casa aumenta, eleva-se a indisposição do agente para tal atividade e, em consequência, diminuem a produtividade e a quantidade produzida de X_H .

O objetivo do agente dentro do modelo é maximizar Z, obtendo assim, a maior utilidade possível para a família. Porém, o objetivo está sujeito a duas restrições, sendo uma referente ao orçamento e a outra ao tempo disponível. As equações abaixo representam essas condições:

$$X_M = WN + V \tag{5}$$

$$L + H + N = T \tag{6}$$

em que W é a taxa salarial da mulher dada pelo valor da sua hora trabalhada no mercado de trabalho; N, horas alocadas em atividades desenvolvidas no mercado de trabalho; V, renda oriunda de outras fontes de renda, que não aquela obtida a partir de N, podendo, inclusive, incorporar a renda oriunda de outros membros do domicílio; e T, tempo disponível da mulher para ser alocado entre lazer (L), trabalho no mercado (N) e trabalho no lar (H).

Então, de acordo com as equações acima, a mulher defronta-se com o problema de maximização de (2) condicionada a (5) e (6), cuja função lagrangeana é expressa por:

$$Lg = Z[(X_M + f(H), L] + \lambda[WN + V - X] + \mu[T - L - H - N] \quad (7)$$

na qual X foi substituído por (3) e X_H , por (4).

Admitindo que a mulher participe do mercado de trabalho, a condição de primeira ordem que maximiza (7) é dada por:

$$\frac{\partial Z / \partial L}{\partial Z / \partial X} = W^* = f' = W / P \quad (8)$$

De acordo com a expressão (8), a mulher ofertará trabalho no mercado sempre que a sua taxa de salário real for superior à sua produtividade no desempenho das atividades do lar. Adicionalmente, a referida taxa necessita ser também maior do que o valor conferido pelo agente por uma hora de lazer (W^*).

Em suma, a regra de participação feminina no mercado de trabalho com base no modelo de produção doméstica é a seguinte: a mulher estará na força de trabalho sempre que a sua taxa de salário real – produtividade marginal em termos de possibilidade de consumo de bens de mercado – exceder, em dado momento, tanto a produtividade marginal do trabalho doméstico quanto o salário de reserva de tal agente – quanto que este exige de remuneração adicional para privar-se de uma hora de lazer quando não está trabalhando. Dessa forma, variáveis que aumentam W / P elevam as chances da mulher estar no mercado de trabalho, ocorrendo o inverso para f' e W^* .

3. METODOLOGIA

3.1. Modelo analítico

Com o objetivo de identificar as principais características das mulheres que contribuíram para o aumento da participação feminina no mercado de trabalho das regiões Nordeste e Sudeste, utilizou-se a análise de decomposição univariada, cuja descrição baseia-se em Soares e Izaki (2002), Scorzafave e Menezes-Filho (2006) e Cirino (2008). Neste estudo, a variável foco é a taxa de atividade feminina que se refere à proporção de pessoas economicamente ativas do sexo feminino em relação ao total de mulheres entre 16 e 65 anos de idade. A escolha dessa faixa etária foi feita a fim de se aproximar a análise da

referida taxa à legislação brasileira referente às idades mínimas para o trabalho e aposentadoria.

Considerando então a TAF como sendo a taxa de atividade da mulher no mercado de trabalho e I como uma partição qualquer da população feminina, em que n_i é a parcela desta última que se encontra na categoria i , tem-se:

$$TAF_t = \sum n_{it} \cdot TAF_{it} \quad (9)$$

em que, TAF_i é a taxa de atividade da categoria i e t , o período de tempo considerado.

Alterações na TAF entre dois períodos de tempo podem ser decompostas em mudanças nas taxas de cada categoria e em variações na composição da população por categoria, conforme equação (10):

$$\begin{aligned} \Delta TAF_t &= TAF_{t1} - TAF_{1-k} \\ \Delta TAF_t &= \sum_i n_{it0} \cdot \Delta TAF_i + \sum_i TAF_{it0} \cdot \Delta n_i \\ \Delta TAF_t &= \text{efeito incidência} + \text{efeito composição} \end{aligned} \quad (10)$$

O efeito incidência calcula a variação da taxa de atividade devida a mudanças nas TAFs por categoria, mantida a população por categoria constante. O efeito composição mede o impacto na variação da taxa de atividade em função da mudança na parcela de cada grupo por categoria, mantida constante a TAF por categoria. Neste estudo, seguindo procedimento adotado por Scorzafave e Menezes-Filho (2006) e Fernandes e Souza (2003), adotou-se como ano-base para o efeito incidência e o efeito composição, respectivamente, o primeiro (1986) e o segundo (2009) anos do intervalo de tempo considerado.

Em termos percentuais, o efeito incidência e composição podem ser representados, respectivamente, por:

$$\omega = \sum_i n_{it0} \cdot \Delta TAF_i / \Delta TAF \quad (11)$$

$$\xi = \sum_i TAF_{it0} \cdot \Delta n_i / \Delta TAF \quad (12)$$

A ocorrência de um valor positivo menor do que 1 para (11) e (12) indica que tal efeito ocorreu no mesmo sentido da mudança observada na taxa de atividade, ao passo que valores negativos representam relação inversa entre os efeitos. Quando o valor de um dos efeitos é maior do que a unidade,

tem-se que o seu impacto é superior à mudança na taxa de atividade, sendo compensado em parte pelo sinal negativo do outro efeito.

Neste trabalho, a decomposição univariada foi conduzida, dividindo-se a população feminina em diversas partições, a fim de comparar a evolução do tamanho de cada uma das categorias por características socioeconômicas e o comportamento da taxa de atividade delas em dois anos distintos: 1986 e 2009. Dessa forma, foi possível analisar a parcela da mudança ocorrida na taxa de atividade das mulheres nesse hiato de tempo oriunda da variação na composição entre as categorias e da alteração da taxa de participação específica dentro dos grupos.

Nesse sentido, a aplicação da decomposição foi feita nas seguintes partições da população feminina: posição no domicílio, número de filhos, anos de escolaridade, idade e raça. A escolha de tais partições foi feita em consonância com fatores que contribuíram para o aumento da participação feminina sugeridos na literatura e com os recortes da amostra adotados por Scorzafave e Menezes-Filho (2006).

A primeira partição teve como objetivo analisar as mudanças ocorridas no papel da mulher no domicílio. Assim, classificaram-se as mulheres como chefes, cônjuges, filhas e empregadas domésticas. Além dessas categorias, a condição "outro" se referiu às mulheres com outro grau de parentesco como: agregadas, pensionistas e parentes de empregado doméstico. O objetivo principal dessa partição é checar o impacto do crescimento da chefia feminina, apontado por Sanches e Gebrim (2003), para o processo de feminização do mercado de trabalho, uma vez que, geralmente, o indivíduo que assume tal papel no domicílio é o principal responsável pelo sustento da família. Dessa forma, de acordo com o modelo de produção doméstica, devido a tal situação, essas mulheres tenderiam a apresentar baixo salário de reserva e, conseqüentemente, maiores chances de estarem inseridas no mercado de trabalho.

Com relação à partição referente ao número de filhos, essa foi incluída com o objetivo de verificar como a queda da fecundidade pode ter influenciado na evolução da participação feminina no mercado de trabalho. Conforme dados do IBGE, citados por Cirino (2008), a taxa de fecundidade do país passou da média de 5,8 filhos por mulher em 1970 para apenas dois filhos em 2006. Acredita-se que tal queda reduza a produtividade da mulher no domicílio em função da menor necessidade de essa se manter em casa para cuidar dos filhos, implicando em uma maior disposição dessa para participar do mercado de trabalho.

De acordo com a partição relativa à escolaridade, procurou-se identificar o papel da elevação do número médio de anos de estudo nas chances de uma mulher encontrar-se na PEA. De acordo com dados do IBGE apresentados por Cirino (2008), a escolaridade das mulheres passou de 3,9 anos médios de estudo em 1977 para 7 anos em 2006. Espera-se que o aumento da escolaridade feminina tenha contribuído positivamente para o aumento do ingresso dessas no mercado de trabalho, uma vez que quanto maior o nível de estudo, melhor tende a ser as oportunidades de emprego e salários. Dessa forma, quanto maiores esses últimos, dada a produtividade doméstica e o valor do lazer para a mulher, mais elevada a chance dessa estar no mercado de trabalho.

Com relação à raça, as mulheres foram divididas em brancas, negras, pardas, amarelas e sem declaração. Estudo realizado por Oliveira e Rios – Neto (2006) revelou empiricamente haver desigualdades salariais entre mulheres da raça branca e negra no Brasil, no período entre 1987 e 1999. Dessa forma, pretende-se checar com essa partição se tal desigualdade estaria influenciando na TAF para as diferentes raças, uma vez que se defrontando com maiores salários de mercado, tudo o mais constante, as mulheres brancas estariam mais propensas a trabalhar do que as negras.

Por fim, realizou-se partição referente à idade com o intuito de verificar a importância de cada grupo etário no processo de feminização do mercado de trabalho das regiões Nordeste e Sudeste para o período analisado.

Através desses recortes e utilizando a análise de decomposição univariada, foi possível determinar para cada partição: i) a parcela da mudança na taxa de atividade das mulheres entre os dois anos devida a variação nas taxas de atividade por grupo mantendo a população constante; e ii) a parcela relacionada a mudanças na composição dos grupos, dada a taxa de atividade por categoria constante.

3.2. Fonte de dados

Os dados utilizados para a realização deste trabalho foram obtidos a partir dos microdados da PNAD para os anos de 1986 e 2009. Tal pesquisa é realizada anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), exceto nos anos de censo.

Segundo IBGE (2010b), a PNAD é uma pesquisa anual por amostragem de domicílios realizada em todo o território nacional, com o objetivo de coletar informações referentes a domicílios e as pessoas residentes em tais unidades. Tal pesquisa procura identificar de forma permanente características como

habitação, educação, trabalho e população, além de outras relacionadas a aspectos sociais, econômicos e demográficos com periodicidade variável.

De acordo com Cirino (2008), apesar da PNAD fornecer uma base de dados confiável e de qualidade, há algumas restrições quando se utiliza tais dados para estudos econômicos. Tal autor ressalta que uma inconveniência é o fato de pessoas com alta renda omitirem parcelas de seus rendimentos, levando a uma subestimação da renda nacional e do grau da distribuição da renda pessoal. Outro fator é a consideração de fixar a data de referência da coleta em determinada semana, fazendo com que pessoas que não estejam trabalhando em tal semana sejam classificadas como desocupadas e com renda do trabalho nula, mesmo que tenha realizado algum tipo de atividade em outro período do ano. Entretanto, mesmo com os problemas apresentados acima, o autor enfatiza que a PNAD é adequada para estudos relacionados ao mercado de trabalho devido à enorme quantidade de informações, inclusive relacionadas ao setor informal da economia, e pelo fato de ser realizada anualmente, mantendo a base de dados sempre atualizada.

Durante todos os anos, procurou-se não alterar as características do levantamento básico da PNAD, com o objetivo de gerar uma série histórica de resultados. Porém, a partir de 1992 o conceito de trabalho foi ampliado e começou a incorporar pessoas ligadas a atividades econômicas que antes não eram consideradas (IBGE, 2010b). Devido a essas alterações, foi necessário realizar o procedimento de harmonização dos dados conforme descrito a seguir.

Seguindo as recomendações da 13ª Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho de 1982, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a partir de 1992, o conceito de trabalho passou a incorporar as seguintes formas de ocupação: a) passou-se a não exigir mais, no caso do trabalho não-remunerado, que este fosse desempenhado por pelo menos 15 horas semanais para ser considerado como trabalho, passando para 1 hora semanal para a inclusão de tal atividade como econômica; b) trabalho na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso, devido a fortes indícios que este tipo de atividade incorporava quantidade significativa de pessoas (GUERRA, 1997).

Dessa forma, com o objetivo de se realizar a comparação proposta por esse trabalho, foi necessário harmonizar o conceito de atividade econômica entre as PNADs de 1986 e 2009. Para tanto, utilizou-se o procedimento proposto por Guerra (1997). Conforme esse último, nos dados da PNAD de 2009, foram excluídos da população ocupada e classificados como economicamente ativos, desde que tenham procurado emprego na semana de referência da pesquisa,

os indivíduos cujo trabalho principal era não-remunerado, exercido por menos de 15 horas semanais, além dos trabalhadores cuja atividade econômica principal era a produção para o próprio consumo ou para o próprio uso. Por outro lado, foram considerados como ocupados aqueles não-remunerados que trabalhavam menos de 15 horas semanais no trabalho principal, mas que tinham outro emprego em que trabalhavam mais de 15 horas por semana ou outra ocupação secundária na qual apresentava renda positiva.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As tabelas em que foram analisados os dados estão dispostas da seguinte forma: a primeira coluna apresenta as categorias de cada partição. A segunda e a quarta apresentam a porcentagem de mulheres em cada categoria, enquanto a terceira e a quinta se referem à taxa de atividade feminina (TAF) específica de cada grupo para os anos considerados. A sexta coluna indica o efeito incidência (EI), sendo a sétima formada pelo efeito composição (EC). A oitava e a nona colunas representam esses efeitos como proporção da variação da taxa de atividade feminina total no período. Por fim, a décima coluna é a soma da oitava e da nona, indicando a contribuição em termos percentuais de cada grupo para a variação da TAF no período.

O primeiro ponto a ser observado é que a TAF global aumentou nas duas regiões consideradas. No Nordeste, a mesma passou de 40,7 em 1986 para 57,6% em 2009. Já no Sudeste, a TAF partiu de 45,6% em 1986 para 64,9% em 2009. Tais resultados confirmam o fenômeno de feminização do mercado de trabalho nacional apontados por Souza, Rodarte e Filgueiras (2001) e Nogueira (2004).

Iniciando a análise de decomposição pela partição referente à posição da mulher no domicílio, considerou-se a classificação adotada em IBGE (2010b), em que: o termo “chefe” representa a pessoa de referência no domicílio; “outro”, mulher que apresentava qualquer outro grau de parentesco com a pessoa de referência ou cônjuge que não filho; “Emp. D.” são as empregadas domésticas, sendo que a TAF calculada foi de 100% para todos os períodos, pois essa categoria representa as mulheres que prestam serviço doméstico remunerado no domicílio; e “demais”, as outras condições que não foram tratadas especificamente, que são: agregado, pensionista e parente de empregado doméstico. Os resultados para a referida decomposição encontram-se na Tabelas 1 e 2, respectivamente, para o Nordeste e o Sudeste.

Tabela 1 – Decomposição da TAF por posição no domicílio, Nordeste, 1986 e 2009

Categoria	1986		2009		Decomposição				
	%		%		Efeitos		Contribuição (%)		SOMA (%)
	Pop.	TAF	Pop.	TAF	EI	EC	EI	EC	
Chefe	9.69184	0.59753	22.02179	0.64552	0.00465	0.07959	2.75220	47.09902	49.85122
Cônjuge	55.56613	0.33440	46.11291	0.55661	0.12347	-0.05262	73.06514	-31.13631	41.92883
Filha	24.77092	0.46590	23.69843	0.55557	0.02221	-0.00596	13.14437	-3.52590	9.61847
Outro	7.10156	0.33728	6.91187	0.52895	0.01361	-0.00100	8.05471	-0.59375	7.46096
Emp. D.	2.14763	1.00000	0.46763	1.00000	0.00000	-0.01680	0.00000	-9.94141	-9.94141
Demais	0.72191	0.37312	0.78736	0.57431	0.00145	0.00038	0.85948	0.22245	1.08193
Total	100	0.40725	100	0.57624	0.16540	0.00359	97.87590	2.12410	100

Fonte: Resultados da pesquisa a partir dos dados da PNAD de 1986 e 2009.

O primeiro aspecto observado com relação à posição no domicílio foi o significativo aumento da população feminina na posição de chefe (elevação de 11 e 13 pontos percentuais, respectivamente, para o Nordeste e Sudeste) enquanto as outras posições diminuíram ou aumentaram relativamente pouco. Destaca-se a importância das categorias de chefe, cônjuge e filha que apresentaram mais de 90% de toda a população feminina nos anos estudados.

Tabela 2 – Decomposição da TAF por posição no domicílio, Sudeste, 1986 e 2009

Categoria	1986		2009		Decomposição				
	%		%		Efeitos		Contribuição (%)		SOMA (%)
	Pop.	TAF	Pop.	TAF	EI	EC	EI	EC	
Chefe	11.10517	0.57288	24.33166	0.68259	0.01218	0.09028	6.29752	46.66498	52.96250
Cônjuge	56.92512	0.33504	46.23823	0.60329	0.15270	-0.06447	78.92804	-33.32446	45.60358
Filha	23.82568	0.64862	23.07054	0.70561	0.01358	-0.00533	7.01860	-2.75406	4.26454
Outro	5.77750	0.45065	5.59449	0.63434	0.01061	-0.00116	5.48541	-0.60005	4.88536
Emp. D.	1.62694	1.00000	0.18533	1.00000	0.00000	-0.01442	0.00000	-7.45130	-7.45130
Demais	0.73960	0.66317	0.57974	0.75770	0.00070	-0.00121	0.36136	-0.62604	-0.26468
Total	100	0.45609	100	0.64956	0.18978	0.00369	98.09093	1.90907	100

Fonte: Resultados da pesquisa a partir dos dados da PNAD de 1986 e 2009.

De acordo com as taxas de atividade, observou-se um aumento da participação feminina no mercado de trabalho para todas as categorias, sendo interessante destacar dois grupos: chefes e cônjuges. No caso das primeiras

(aumento de 8,03% e 19,15% da TAF, respectivamente para Nordeste e Sudeste), o fato de geralmente a renda do domicílio vir principalmente do trabalho exercido por elas, faz com que essas possuam salário de reserva baixo em virtude da necessidade de trabalhar para sustentar o domicílio. Tal necessidade é verificada pelo fato das chefes apresentarem as maiores taxas de atividade no recorte analisado. Quanto às cônjuges, a despeito da sua elevada produtividade doméstica, apresentaram aumento significativo na TAF, sendo esse último de 66,45% para o Nordeste e 80,06% para o Sudeste, revelando o importante papel assumido por essa categoria para complementar a renda do domicílio no período estudado. Esse importante papel da categoria das esposas no processo de feminização do mercado de trabalho nacional foi também encontrado por Soares e Izaki (2002) e Scorzafave e Menezes-Filho (2006).

O aumento observado na variável de interesse para as cônjuges pode ser explicado por diversos fatores. Cirino (2008) destaca que a crise das décadas de 1980 e 1990, marcadas pela inflação e pela crise do Estado como produtor e empregador causaram queda nos investimentos, prejudicando o Produto Interno Bruto (PIB) do país. Além de tais fatores, no contexto do capitalismo mundial marcado pela globalização e liberalização econômica, a partir da década de 1990 ocorreram alterações na política econômica do país na forma de privatização e abertura comercial e financeira da economia nacional. Devido à concorrência externa, as empresas brasileiras se reestruturaram através de inovações tecnológicas e terceirização, entre outros aspectos. Tais acontecimentos no mercado de trabalho nacional resultaram na elevação do desemprego e do número de trabalhadores autônomos e sem carteira assinada provocando deterioração na qualidade de vida das famílias e diminuição dos salários reais da economia. Assim, conforme destacaram Alves, Amorim e Cunha (1997) e Barrio e Soares (2006), as mulheres se viram obrigadas a procurar emprego como forma de suplementar ou garantir a renda familiar.

Além dessa questão conjuntural verificada na economia nacional, teve-se a industrialização de bens e a difusão de grande variedade de eletrodomésticos no período estudado. Tal fato facilitou a ausência das mulheres em casa ao diminuir o valor e a necessidade da produção doméstica das mesmas, liberando, conseqüentemente, as esposas para ofertar mão de obra no mercado de trabalho.

Com relação à decomposição realizada, observou-se que o efeito incidência foi o maior responsável para explicar a variação da TAF no período para ambas as regiões, contribuindo para tal alteração em 97,88% no Nordeste e 98,09% no Sudeste. Porém, no caso específico das chefes, o efeito composição foi o principal fator determinante, causado pelo aumento da população

pertencente a esse grupo. Nesse sentido, embora em termos de categoria, o crescimento das famílias chefiadas por mulheres tenha sido importante para o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, para a partição como um todo tal impacto foi compensado pelo importante aumento da TAF das cônjuges e também pela redução da proporção dessa categoria em cerca de 10 pontos percentuais para as duas regiões no período considerado. Dessa forma, o efeito incidência explica quase que integralmente o aumento da TAF no período. Ainda sobre esse efeito, destaca-se que as esposas foram as principais responsáveis pelo seu alto valor (73,06% para o Nordeste e 78,93% para o Sudeste). Somando os efeitos incidência e composição, as categorias de chefe e cônjuge são as mais importantes para a contribuição da variação da variável de interesse (49,85% e 52,96% para as chefes do Nordeste e Sudeste, respectivamente, e 41,93% e 45,6% para as cônjuges do Nordeste e Sudeste, respectivamente).

A segunda decomposição realizada foi referente ao número de filhos presentes no domicílio. Para tal fim, a faixa etária das mulheres precisou ser alterada do intervalo de 16-65 anos para 15-54 anos, devido ao fato de os dados referentes à fecundidade na PNAD de 1986 estarem disponíveis apenas para as mulheres situadas dentro dessa última classe de idade. Os resultados para as regiões Nordeste e Sudeste encontram-se nas Tabelas 3 e 4, respectivamente.

Tabela 3 - Decomposição da TAF por número de filhos no domicílio, Nordeste, 1986 e 2009

Categoria	1986		2009		Decomposição				
					Efeitos		Contribuição (%)		SOMA (%)
	%		%		EI	EC	EI	EC	
Pop.	TAF	Pop.	TAF						
0	37.48684	0.45496	40.26485	0.59336	0.05188	0.01648	26.69146	8.48054	35.17200
1	10.89075	0.40277	24.31503	0.62912	0.02465	0.08446	12.68277	43.45083	56.13360
2	12.10072	0.38236	20.54060	0.62055	0.02882	0.05237	14.82865	26.94526	41.77391
3	10.28411	0.37065	9.28350	0.59041	0.02260	-0.00591	11.62752	-3.03940	8.58812
4	7.57874	0.35728	3.09726	0.58452	0.01722	-0.02620	8.86042	-13.47702	-4.61659
Sup. a 5	21.65884	0.39403	2.49876	0.53332	0.03017	-0.10218	15.52116	-52.57220	-37.05104
Total	100	0.40656	100	0.59210	0.17534	0.01902	90.21200	9.78800	100

Fonte: Resultados da pesquisa a partir dos dados da PNAD, de 1986 e 2009.

Nota: Sup. a 5: superior a 5 filhos no domicílio.

Um primeiro fato observado durante o período foi o aumento dos domicílios com 2 filhos ou menos (em 1986 essa parcela era de 60,48% e

69,61% para o Nordeste e Sudeste, respectivamente, enquanto em 2009 essa parcela aumentou para 85,12% e 89,43%), enquanto que para os domicílios com 3 filhos ou mais essa parcela caiu de 39,52% para 14,88% no Nordeste, e de 30,39% para 10,57% no Sudeste para o período considerado.

Conforme o esperado, de maneira geral a TAF decresceu com o número de filhos para as duas regiões, indicando de acordo com o modelo de produção doméstica que maior número de filhos aumenta a produtividade da mulher em casa, o que, conseqüentemente, diminuiria as chances de a mesma de estar no mercado de trabalho.

Tabela 4 - Decomposição da TAF por número de filhos no domicílio, Sudeste, 1986 e 2009

Categoria	1986		2009		Decomposição				
	%		%		Efeitos		Contribuição (%)		SOMA(%)
	Pop.	TAF	Pop.	TAF	EI	EC	EI	EC	
0	37.81468	0.56337	42.24276	0.67403	0.04185	0.02985	19.19059	13.68712	32.87770
1	14.74867	0.45471	26.15092	0.71310	0.03811	0.08131	17.47583	37.28682	54.76265
2	17.05179	0.41182	21.03751	0.67382	0.04468	0.02686	20.48747	12.31584	32.80331
3	12.35134	0.38532	7.60137	0.64797	0.03244	-0.03078	14.87717	-14.11444	0.76273
4	6.56004	0.36892	1.97788	0.64478	0.01810	-0.02955	8.29887	-13.54875	-5.24988
Sup. a 5	11.47348	0.35593	0.98956	0.61053	0.02921	-0.06401	13.39613	-29.35264	-15.95651
Total	100	0.47937	100	0.68494	0.20438	0.01368	93.72605	6.27395	100

Fonte: Resultados da pesquisa a partir dos dados da PNAD de 1986 e 2009.

Nota: Sup. a 5: superior a 5 filhos no domicílio.

Relacionado a esse aspecto, observou-se que o aumento das categorias com dois filhos ou menos, notadamente a de um filho, fez que o efeito composição dessa vez fosse mais expressivo do que na decomposição anterior tanto para a região Nordeste quanto para o Sudeste. Entretanto deve-se ressaltar que embora as categorias com mais de dois filhos participem menos do que aquelas, as mesmas apresentam TAFs significativas, de forma a que a diminuição da proporção de mulheres em tais categorias acabou por reduzir o impacto na TAF global do efeito composição positivo das categorias com dois filhos ou menos. Junto a isso, como novamente as TAFs específicas das categorias consideradas aumentaram significativamente, o efeito incidência suprimiu o efeito composição, sendo responsável, respectivamente, por 90,21% e 93,73% da mudança na taxa de atividade total das mulheres com idades entre 15 e 54 anos no Nordeste e Sudeste.

Em termos de categoria, o grupo de mulheres com um filho morando na residência foi o que mais contribuiu para a variação da TAF global no período, respondendo por 56,13% de tal variação para o Nordeste e 54,76% para o Sudeste.

Fazendo agora a análise de decomposição por grupos de idade, os resultados obtidos para o Nordeste e Sudeste encontram-se, respectivamente, nas Tabelas 5 e 6.

No período estudado houve queda da proporção das mulheres na faixa etária entre 16 e 25 anos para o Nordeste e 16 a 35 anos para o Sudeste, indicando processo de envelhecimento da população feminina entre os anos de 1986 e 2009.

Tabela 5 - Decomposição da TAF por grupos de idade, Nordeste, 1986 e 2009

Categoria	1986		2009		Decomposição				
	%		%		Efeitos		Contribuição (%)		SOMA (%)
	Pop.	TAF	Pop.	TAF	EI	EC	EI	EC	
16-20	20.27537	0.34474	14.32052	0.39989	0.01118	-0.02381	6.61782	-14.09238	-7.47456
21-25	15.84190	0.44565	13.75921	0.61540	0.02689	-0.01282	15.91453	-7.58498	8.32955
26-30	12.77954	0.44350	13.33885	0.65256	0.02672	0.00365	15.81066	2.15996	17.97062
31-35	10.89892	0.46090	11.54038	0.68300	0.02421	0.00438	14.32566	2.59280	16.91846
36-40	10.13768	0.48490	10.87271	0.68470	0.02026	0.00503	11.98720	2.97836	14.96555
41-45	7.96236	0.47120	9.91593	0.66516	0.01544	0.01299	9.13960	7.69003	16.82963
46-50	7.40260	0.42247	8.18395	0.62940	0.01532	0.00492	9.06484	2.91030	11.97514
51-55	5.74961	0.35285	7.29223	0.54464	0.01103	0.00840	6.52566	4.97205	11.49771
56-60	5.12454	0.29158	5.96988	0.39472	0.00529	0.00334	3.12804	1.97467	5.10271
61-65	3.82748	0.17416	4.80633	0.27529	0.00387	0.00269	2.29052	1.59467	3.88519
Total	100	0.40725	100	0.57624	0.16020	0.00878	94.80450	5.19550	100

Fonte: Resultados da pesquisa a partir dos dados da PNAD, de 1986 e 2009.

Tabela 6 - Decomposição da TAF por grupos de idade, Sudeste, 1986 e 2009

Categoria	1986		2009		Decomposição				
	%		%		Efeitos		Contribuição (%)		SOMA(%)
	Pop.	TAF	Pop.	TAF	EI	EC	EI	EC	
16-20	15.64616	0.50528	11.18009	0.53636	0.00486	-0.02395	2.51272	-12.38125	-9.86853
21-25	15.11913	0.54986	11.45380	0.76549	0.03260	-0.02806	16.85069	-14.50232	2.34837
26-30	14.32736	0.49689	12.35083	0.76454	0.03835	-0.01511	19.82011	-7.81062	12.00949
31-35	12.33512	0.52625	11.22452	0.76636	0.02962	-0.00851	15.30847	-4.39920	10.90927
36-40	10.71427	0.50450	10.78555	0.75150	0.02646	0.00054	13.67853	0.27686	13.95539
41-45	8.31042	0.45981	10.72821	0.71499	0.02121	0.01729	10.96146	8.93524	19.89670
46-50	7.38194	0.38776	10.13159	0.66695	0.02061	0.01834	10.65253	9.47882	20.13135
51-55	6.06154	0.30032	9.13862	0.56099	0.01580	0.01726	8.16690	8.92235	17.08925
56-60	5.70778	0.22395	7.39355	0.42062	0.01123	0.00709	5.80223	3.66499	9.46722
61-65	4.39628	0.13454	5.61324	0.24536	0.00487	0.00299	2.51813	1.54336	4.06149
Total	100	0.45609	100	0.64956	0.20560	-0.01213	106.27177	-6.27177	100

Fonte: Resultados da pesquisa a partir dos dados da PNAD, de 1986 e 2009.

De acordo com as TAFs, observou-se, de maneira geral, um comportamento de U invertido para tal variável e a idade das mulheres em ambas as regiões. Assim, a taxa de atividade feminina aumenta até atingir um pico, seguindo depois um comportamento decrescente. Conforme destaca Cirino (2008), uma explicação seria de que tal situação indica que as oportunidades de trabalho e os salários aumentam à medida que a pessoa adquire mais experiência até certo ponto, a partir do qual sua participação na PEA e o seu nível de rendimento começam a decrescer em razão do envelhecimento do indivíduo e de sua perda de habilidade no trabalho. Outro ponto destacado por Scorzafave e Menezes-Filho (2001) é que os empregadores podem entender a idade avançada como um fator negativo no sentido de menos incentivo, menor suscetibilidade a mudanças e pouca criatividade, fazendo com que o efeito experiência mude de sentido.

Em termos de crescimento das TAFs específicas, novamente todas as categorias apresentaram elevação, sendo que para o Sudeste o efeito incidência explicou totalmente a variação da taxa de atividade global no período. No mercado de trabalho do Nordeste, embora o efeito composição tenha sido positivo devido ao fato de ter sido relativamente pequeno nas mulheres entre 21 e 25 anos e já positivo a partir dos 26 anos, ele não se mostrou muito expressivo, explicando apenas 5,19% da variação da TAF total no período. A pouca relevância do efeito composição nos mercados analisados pode ser explicada em virtude de as alterações de tamanho

relativo entre as categorias terem sido, de modo geral, pequenas e por estarem associadas a aspectos demográficos, conforme destacado por Scorzafave e Menezes-Filho (2006).

Somando os efeitos incidência e composição observa-se que as mulheres na faixa etária de 16 e 20 anos contribuíram negativamente para a variação da TAF no período (queda de 7,47% no Nordeste e de 9,87% para o Sudeste) enquanto que as mulheres que mais contribuíram foram as de 26 a 30 anos para o Nordeste (contribuição de 17,97%) e as de 41 a 45 anos no Sudeste (contribuição de 19,9%).

Em termos de categoria, considerando-se os efeitos incidência e composição observa-se que as mulheres que mais contribuíram foram as de 26 a 30 anos para o Nordeste (contribuição de 17,97%) e as de 46 a 50 anos no Sudeste (contribuição de 20,13%). Entretanto, destaca-se que de maneira individual, nenhuma categoria representou impactou muito significativo na TAF global.

Quanto ao recorte realizado por raça, os resultados da decomposição univariada são demonstrados para as regiões Nordeste e Sudeste nas Tabelas 7 e 8, respectivamente.

As TAFs cresceram para todos os grupos no período considerado, com destaque para o aumento da participação das mulheres brancas em 42,59% para o Nordeste e 45,29% para o Sudeste, e das mulheres pardas em 40,68% e 38,92% para as respectivas regiões.

Em termos de mudanças da composição da população por categorias, verificou-se de maneira geral que no Nordeste houve pequena variação entre os grupos de raça. Já no Sudeste, houve aumento significativo da população feminina parda, que pode ser observado pela contribuição do efeito composição de 33,25% para a variação da TAF global no período. No entanto, tal efeito foi compensado principalmente pela queda da população branca em tal região, observado pela contribuição do efeito composição negativo de 36,35%. Sendo assim, o efeito composição total foi baixo para todas as análises (menos de 1% para ambas as regiões) indicando que o efeito incidência, impulsionado pelo aumento das TAFs específicas para todas as categorias, foi o principal determinante para explicar a variação da TAF no período.

Tabela 7 - Decomposição da TAF por raça, Nordeste, 1986 e 2009

Categoria	1986		2009		Decomposição				
	%		%		Efeitos		Contribuição (%)		SOMA(%)
	Pop.	TAF	Pop.	TAF	EI	EC	EI	EC	
Branca	30.58130	0.40452	29.41221	0.57681	0.05269	-0.00674	31.17782	-3.99043	27.18739
Preta	7.21952	0.46419	8.75031	0.64667	0.01317	0.00990	7.79582	5.85784	13.65367
Parda	62.09967	0.40199	61.45390	0.56554	0.10157	-0.00365	60.10262	-2.16114	57.94148
Amarela	0.06891	0.37782	0.17340	0.64706	0.00019	0.00068	0.10978	0.40009	0.50987
S.d.	0.03061	0.45154	0.21019	0.63466	0.00006	0.00114	0.03317	0.67441	0.70758
Total	100	0.40725	100	0.57624	0.16767	0.00132	99.21922	0.78078	100

Fonte: Resultados da pesquisa a partir dos dados da PNAD, de 1986 e 2009.

Nota: S.d.: sem declaração.

Como as mulheres brancas e pardas nas duas regiões corresponderam a mais de 90% da população feminina nas duas regiões, além de terem sido as duas categorias que mais aumentaram a sua TAF específica, tais grupos foram os que mais contribuíram para a elevação da TAF global no período de 1986 e 2009 (85,13% e 90,42% para o Nordeste e Sudeste, respectivamente) Tabela 8 - Decomposição da TAF por raça, Sudeste, 1986 e 2009

Categoria	1986		2009		Decomposição				
	%		%		Efeitos		Contribuição (%)		SOMA(%)
	Pop.	TAF	Pop.	TAF	EI	EC	EI	EC	
Branca	68.89863	0.44311	57.97541	0.64380	0.13827	-0.07032	71.47353	-36.34990	35.12363
Preta	6.76235	0.52266	7.97462	0.66931	0.00992	0.00811	5.12581	4.19400	9.31980
Parda	23.26636	0.47097	33.10037	0.65425	0.04264	0.06434	22.04130	33.25637	55.29767
Amarela	1.07155	0.54792	0.72797	0.65243	0.00112	-0.00224	0.57885	-1.15868	-0.57983
S.d.	0.00112	0.62412	0.22163	0.73527	0.00000	0.00162	0.00064	0.83808	0.83872
Total	100	0.45609	100	0.64956	0.19195	0.00151	99.22013	0.77987	100

Fonte: Resultados da pesquisa a partir dos dados da PNAD, de 1986 e 2009.

Nota: S.d.: sem declaração.

Por fim, realizou-se a análise de decomposição referente aos anos de escolaridade. Os resultados encontram-se na Tabela 9 para o Nordeste e na Tabela 10 para o Sudeste.

Tabela 9 - Decomposição da TAF por anos de escolaridade, Nordeste, 1986 e 2009

Categoria	1986		2009		Decomposição				
	%		%		Efeitos		Contribuição (%)		SOMA(%)
	Pop.	TAF	Pop.	TAF	EI	EC	EI	EC	
0 a 3	55.57212	0.36173	23.96405	0.44700	0.04739	-0.14129	28.04028	-83.60700	-55.56672
4 a 7	24.31463	0.36763	23.16805	0.50825	0.03419	-0.00583	20.23188	-3.44841	16.78347
8	4.93174	0.40049	8.46466	0.52050	0.00592	0.01839	3.50224	10.88153	14.38377
9 a 11	11.78453	0.59956	33.35693	0.65440	0.00646	0.14117	3.82421	83.53697	87.36117
Sup. a 12	3.16884	0.78775	10.53311	0.81378	0.00082	0.05993	0.48805	35.46289	35.95094
S.d.	0.22814	0.64648	0.51321	0.64543	0.00000	0.00184	-0.00142	1.08879	1.08737
Total	100	0.40725	100	0.57624	0.09478	0.07421	56.08524	43.91476	100

Fonte: Resultados da pesquisa a partir dos dados da PNAD de 1986 e 2009.

Nota: S.d.: sem declaração; Sup a 12: superior a 12 anos de estudo.

Inicialmente destaca-se que enquanto no ano de 1986 as mulheres com até sete anos de estudo representavam 79,9% da população nordestina, em 2009 essa proporção caiu para 47,1%. No Sudeste, a representatividade de tal grupo caiu de 67,6% para 33,1% no mesmo período. Obviamente, tal queda foi compensada pela elevação da população com oito anos ou mais de estudo, que aumentou no Nordeste de 19,1% do total das mulheres em 1986 para 52,4% em 2009. No Sudeste, a mesma tendência foi verificada, com tais números passando de 32,3% para 66,6% no mesmo período. Tal comportamento observado nas duas regiões revelou-se similar à tendência nacional de aumento na escolaridade feminina. Conforme destacou Cirino (2008), a proporção de mulheres brasileiras com oito ou mais anos de estudo passou de 28,3% em 1986 para 56,9% em 2006.

Tabela 10 - Decomposição da TAF por anos de escolaridade, Sudeste, 1986 e 2009.

Categoria	1986		2009		Decomposição				
	%		%		Efeitos		Contribuição (%)		SOMA(%)
	Pop.	TAF	Pop.	TAF	EI	EC	EI	EC	
0 a 3	31.81218	0.34315	12.00737	0.44579	0.03265	-0.08829	16.87724	-45.63402	-28.75678
4 a 7	35.76018	0.42778	21.05413	0.55813	0.04661	-0.08208	24.09288	-42.42442	-18.33154
8	9.17825	0.46997	10.20047	0.59629	0.01159	0.00610	5.99265	3.15054	9.14319
9 a 11	15.36329	0.58701	37.35679	0.70075	0.01748	0.15412	9.03249	79.66103	88.69352
Sup. a 12	7.72704	0.77170	19.09807	0.80505	0.00258	0.09154	1.33218	47.31620	48.64838
S.d.	0.15907	0.62957	0.28317	0.76579	0.00022	0.00095	0.11200	0.49122	0.60322
Total	100	0.45609	100	0.64956	0.11113	0.08234	57.43944	42.56056	100

Fonte: Resultados da pesquisa a partir dos dados da PNAD de 1986 e 2009.

Nota: S.d.: sem declaração; Sup a 12: superior a 12 anos de estudo.

Com relação às TAFs, observa-se conforme o esperado, relação direta entre a variável de interesse e o número de anos de estudo. Isso ocorre devido ao fato de que o aumento da escolaridade implica em melhores oportunidades de emprego e salário. Dessa forma, seguindo o modelo de produção doméstica, um salário maior tudo o mais constante, faz com que as mulheres tenham uma maior disposição a participar do mercado de trabalho, abdicando de cuidar das atividades domiciliares e desfrutar de lazer.

Diferentemente dos outros cortes analisados, o efeito composição mostrou-se altamente significativo, respondendo por 43,91 e 42,56% da variação total da TAF global no período, respectivamente, nas regiões Nordeste e Sudeste.

A importância do efeito composição, considerando a decomposição por escolaridade, deveu-se, basicamente, ao grupo de mulheres com oito ou mais anos de estudo, cujas elevadas TAFs potencializaram o significativo aumento desses grupos no total de mulheres estudadas. Em termos de efeito incidência, os dois grupos menos educados foram os que mais contribuíram para a magnitude desse efeito, em razão do aumento expressivo de suas TAFs específicas. Destaca-se que apesar da queda de tais categorias em termos de proporção do total das mulheres no período analisado, elas mantiveram a sua representatividade nas duas regiões em 2009. Combinando os dois efeitos, tem-se que a categoria mais importante na explicação da mudança ocorrida na TAF global no Nordeste e no Sudeste foi a das mulheres com 9 a 11 anos de estudo que, além de se tornarem o grupo com a maior proporção em relação ao total da amostra, apresentou importante aumento em sua TAF específica.

A ocorrência de uma contribuição relevante do aumento no nível educacional das mulheres para o crescimento da TAF feminina foi também identificada em outros trabalhos, a exemplo dos de Scorzafave e Menezes-Filho (2001), Soares e Izaki (2002), Scorzafave e Menezes-Filho (2006) e Cirino (2008), em nível nacional; e de Blau et al. (2005), em outros países. Especificamente no caso brasileiro, tal resultado está associado não só ao fato de maiores níveis educacionais aumentarem as chances de participação no mercado de trabalho e possibilitarem maior acesso às oportunidades de emprego e renda, como também ao fato de que o mercado está exigindo cada vez mais qualificação constante, sendo a educação uma dessas exigências. Esse último aspecto pode ser entendido no contexto do modelo de sinalização de Spence (1973). De acordo com esse autor, a educação é um sinal forte no mercado de

trabalho, por melhorar direta e indiretamente a produtividade do indivíduo ao lhe propiciar informações, habilidades e conhecimentos gerais que sejam úteis no desempenho de suas atividades profissionais. Contudo, mesmo que a educação não melhore a produtividade do agente, ela ainda poderia ser um sinal adequado desta última, uma vez que os indivíduos mais produtivos tende a apresentar maior aptidão para os estudos, alcançando, portanto, escolaridade mais elevada.

5. Conclusões

Visando contribuir para o entendimento de como tem se dado o crescimento da atividade feminina em termos regionais, este trabalho teve como objetivo estudar e identificar como os principais subgrupos de mulheres com as mais diversas características socioeconômicas foram responsáveis pelo processo de feminização no mercado de trabalho. Como objeto de estudo, escolheu-se as regiões Nordeste e Sudeste, a fim de verificar se o diferente dinamismo econômico entre as duas regiões poderia influenciar no referido processo. A base de dados utilizada foi a PNAD para os anos de 1986 e 2009.

Um primeiro ponto a destacar é que os resultados encontrados para as duas regiões foram similares, indicando que parece não haver nenhum fator regional influenciando no processo de aumento da participação feminina nos mercados de trabalho estudados.

Após realizar a decomposição univariada para as regiões do Nordeste e Sudeste para o período, as mulheres que mais contribuíram para a elevação da TAF global nas regiões Nordeste e Sudeste foram: as chefes e as cônjuges, as mulheres com 0 a 2 filhos no domicílio, as pardas e brancas com mais de 9 anos de estudo. Em relação ao recorte por idade, destaca-se que de maneira individual, nenhuma categoria representou impacto muito significativo na TAF global.

Quanto ao efeito incidência, a relevância do mesmo para todos os recortes analisados confirma que mulheres com diferentes características socioeconômicas têm aumentado sua participação no mercado de trabalho, evidenciando o processo de feminização desse último apontado pela literatura. Dessa forma, tal tendência apresenta-se não apenas a nível nacional, mas também em termos regionais, conforme verificado especificamente no Nordeste e Sudeste.

Com relação ao efeito composição, tem-se que a única variável capaz de explicar o aumento da população feminina na força de trabalho foi a

escolaridade. Tal fato pode ser evidenciado de acordo com o efeito composição de 43,91% e 42,56% respectivamente, para o Nordeste e Sudeste. Nos demais recortes, o efeito incidência foi sempre maior que 90%. Assim, o aumento na escolaridade feminina foi o aspecto que mais contribuiu na alteração da composição dos grupos estudados, sendo a única variável capaz de explicar consideravelmente o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho por meio da metodologia utilizada.

O papel fundamental da escolaridade deve-se ao fato de o nível de instrução ser um sinal forte da produtividade para o mercado de trabalho. Nesse sentido, a melhoria educacional alcançada pelas mulheres permitiu que elas entrassem fortemente nas atividades econômicas não só por terem maiores chances de emprego, como também por passarem a vislumbrar possibilidades mais elevadas de desempenharem ocupações mais bem remuneradas.

Outro aspecto importante a ser destacado foi o aumento da participação das esposas, as quais apresentaram a maior elevação da TAF no período. Tal resultado pode ser explicado pela conjugação da necessidade de complementar a renda familiar com a maior facilidade em conciliar o trabalho remunerado com as atividades do lar.

Por fim, acredita-se que apesar do processo de feminização estar em avanço nas últimas décadas, seja necessário a implementação de políticas de incentivo para que o mesmo se torne mais acessível a todas as mulheres. Tais políticas já estão em andamento e fazem parte do Segundo Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, promovido pelo Governo Federal desde 2008. Entre as prioridades de tal plano, segundo Brasil (2008), pode-se citar: ampliar o acesso das mulheres ao mercado de trabalho; promover a oferta de equipamentos sociais que contribuam para ampliar o tempo disponível das mulheres, como a disponibilização de creches em tempo integral, principalmente para as mães de baixa renda; promover a valorização do trabalho doméstico remunerado e não remunerado; e incentivar a autonomia econômica e financeira das mulheres por meio da assistência técnica, do acesso ao crédito e do apoio ao empreendedorismo, associativismo, cooperativismo e comércio.

Referências

ALVES, E.L.G.; AMORIM, B.M.F.; CUNHA, C.H.M. *Emprego e ocupação: algumas evidências da evolução do mercado de trabalho por gênero na Grande São Paulo – 1988/1995*. IPEA, Texto para Discussão, Rio de Janeiro, n. 497, jul. 1997.

BARRIO, K.; SOARES, M. As mulheres e os homens no mercado de trabalho

metropolitano: uma análise da Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: JANUZZI, J.M.; SOARES, M. (Orgs.). *As várias faces do mercado de trabalho no Brasil*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estatísticas e Informações, 2006.

BECKER, G.S. A theory of the allocation of time. *The Economic Journal*, n. 299, p. 493-517, Sep. 1965.

BRASIL. *II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: Secretária Especial de Políticas para as Mulheres, 2008.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M.R. O trabalho da mulher brasileira nos primeiros anos da década de 90. In: *10º Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 1996, Caxambu. Anais. Belo Horizonte: ABEP, 1996.

CIRINO, J.F. Participação feminina e rendimento no mercado de trabalho: análises de decomposição para o Brasil e as Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte e Salvador. 2008. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2008.

COSTA, L. Aumento da participação feminina: uma tentativa de explicação. In: *7º Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 1990, Caxambu. Anais. Belo Horizonte: ABEP, 1990.

FERNANDES, R.; SOUZA, A.A.P. A redução do trabalho infantil e o aumento da frequência a escola: uma análise de decomposição para o Brasil nos anos 90. In: *8º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho*, 2003, São Paulo. Anais. São Paulo: ABET, 2003.

GRONAU, R. Leisure, home production and work: the theory of the allocation of time revisited. *Journal of Public Economics*, n. 6, p. 1099-1124, Dec. 1977.

GUERRA, V.S. *Principais mudanças introduzidas nos conceitos e definições da PNAD para as pesquisas de 1992 em diante*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1997. (Mimeogr.)

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Contas Nacionais número 32: Contas Regionais do Brasil 2004 - 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2010a.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: *Síntese de Indicadores*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010b.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1986: *Microdados*. Rio de Janeiro: IBGE, 1986. 1 CD-ROM.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009: *Microdados*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. 1 CD-ROM.

LEONE, E.T. *Renda familiar e trabalho da mulher na região metropolitana de São*

Paulo nos anos 80 e 90. IE/UNICAMP, Texto para Discussão, Campinas, n. 81, jul. 1999.

MOURÃO, T. M. F. *Mulheres no topo de carreira: flexibilidade e persistência*. 2005. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

NOGUEIRA, C.M. *A feminização no mundo do trabalho*. Campinas: Autores Associados, 2004.

OLIVEIRA, A. M. H. C.; RIOS – NETO E. L. G. Tendências da desigualdade salarial para coortes de mulheres brancas e negras no Brasil. *Revista de estudos econômicos*, v. 36, n. 02, abril/junho 2006.

RIOS-NETO, E. L. G., WAJNMAN, S. Participação feminina na população economicamente ativa no Brasil: alternativas para projeções de níveis e padrões. *Pesquisa e Planejamento econômico*, v.24, n. 2, ago. 2000.

SANCHES, S.; GEBRIM, V.L.M. O trabalho da mulher e as negociações coletivas. *Estudos Avançados*, São Paulo, n. 49, p. 99-116, set./dez. 2003.

SCORZAFAVE, L.G.; MENEZES-FILHO, N.A. Participação feminina no mercado de trabalho brasileiro: evolução e determinantes. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 441-477, dez. 2001.

_____. Caracterização da participação feminina no mercado de trabalho: uma análise de decomposição. *Economia Aplicada*, Ribeirão Preto, n. 1, p. 41-55, jan./mar. 2006.

SOARES, S.; IZAKI, R.J. *A participação feminina no mercado de trabalho*. IPEA, Texto para Discussão, Rio de Janeiro, n. 923, dez. 2002.

SOARES, Y. Viés de gênero em consumo. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, n. 2, p.199-232, ago. 2002.

SOUZA, L.N.; RODARTE, M.M.S.; FILGUEIRAS, L.A.M. Gênero e mercado de trabalho na Grande Salvador: um breve comparativo entre as décadas de 80 e 90. In: 7º Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, 2001, Salvador. *Anais*. São Paulo: ABET, 2001.

SPENCE, M. Job market signaling. *Journal of Economics*, n. 3, p. 355-374, Aug. 1973.

WAJNMAN, S.; PERPÉTUO, L.H.O. A redução do emprego formal e a participação feminina no mercado de trabalho brasileiro. *Nova Economia*, Belo Horizonte, n. 1, p. 123-147, maio 1997.

WAJNMAN, S.; RIOS NETO, E. Quantas serão as mulheres: cenários para a atividade feminina. In: Rocha, B.M.I. (org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. São Paulo: Editora 34, 2000.